

## Referências das Rotinas Administrativas da Corregedoria Geral da Justiça

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

### RAD-CGJ-002 – Gerir o Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça

Com vigência a partir de 02/10/2012

**Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Rio de Janeiro (Decreto 2479/79);**

---

**Lei Federal nº. 8.666/1993** – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Resolução Conselho Consultivo da ESAJ nº. 02/2006** – Fixa critérios para atribuição de pontos, relativos à educação continuada, para progressão funcional e promoção dos servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE nº. 06/2005** - Ajuste da consolidação da Estrutura do PJERJ, com as alterações da Resolução TJ/OE nº. 06/2006 e da Resolução TJ/OE nº. 46/2006 – Consolida a Estrutura da CGJ;

---

**Ato Normativo TJ nº. 16/2006** – Disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do PJERJ;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 08/2006** - Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 03/2003** – Disciplina a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no DGCON/DEGEA;

---

**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004** – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça;

---

**Ato Normativo TJ nº. 03/2005** – Normas para uso de recursos computacionais no âmbito da rede corporativa

do TJERJ;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2005** – Dispõe sobre a frequência mensal e a inclusão de valores em folha de pagamento;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 26/2009** – Disciplina o exercício das férias;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 09/2005** – Dispõe sobre as nomeações e designações para exercício de cargos em comissão e funções gratificadas no Quadro Único de Pessoal do PJERJ;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 03/2007** – Disciplina a padronização da Tabela de Tipos de Assunto do Sistema PROT, de acordo com a CCD e dispõe sobre o arquivamento de processos administrativos, documentos e expedientes.

---

## **RAD-CGJ-003 – Elaborar Avisos/Atos Sigilosos de Indisponibilidade e Levantamento de Bens**

Com vigência a partir de 07/12/2020

**Provimento CGJ nº 67/2009** - Resolve criar o Banco de Indisponibilidade de Bens - BIB, administrado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

### **Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça;**

---

**Aviso CGJ nº 195/2009** - Avisa que atendem para a exatidão do CPF/CNPJ dos requeridos quando do encaminhamento de solicitação para publicidade das indisponibilidades de bens decretadas judicial ou extrajudicialmente;

---

**Aviso CGJ nº 014/98** - Avisa aos Senhores Oficiais do Registro de Imóveis que, em virtude de decretação de indisponibilidade dos bens, o interessado na obtenção de certidão negativa, ao alegar caso de homonímia, devesse comprovar sua alegação perante o próprio oficial destinatário do pedido, e das outras providências;

---

**Aviso CGJ nº 61/99** - Avisa que, na análise das ocorrências de homonímia, é básica a produção de prova documental, cujos elementos ficarão arquivados na serventia, descabendo a pura exigência da declaração isolada, seja pelo interessado, seja pelo seu procurador, neste último caso não sendo necessário para a sua validade e eficácia a procuração por instrumento público;

---

### **Código Tributário Nacional – CTN - Artigo 185-A**

---

**Código de Processo Penal Brasileiro** – Artigo 20 (Sigilo do Inquérito Policial).

## **RAD-CGJ-004 (SIGILOSA) – Registrar e Processar Processo Administrativo Disciplinar**

Com vigência a partir de 29/01/2019

## **RAD-CGJ-005 – Instruir Processos Administrativos**

Com vigência a partir de 06/02/2017

**Constituição da República Federativa do Brasil;**

---

**Código de Processo Penal;**

---

**Código de Processo Civil;**

---

**Código Penal;**

---

**Código Civil;**

---

**Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Consolidação Normativa Judicial;**

---

**Consolidação Normativa Extrajudicial.**

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 25/2016** - Disciplina e consolida regras, procedimentos e critérios para abertura de edital, concorrência e julgamento dos pedidos de remoção e promoção de magistrados;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº1/2017** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

## **RAD-CGJ-006 (SIGILOSA) – Processar Carta Precatória**

Com vigência a partir de 07/10/2012

## **RAD-CGJ-007 - Elaborar Avisos/Atos Sigilosos Solicitando Informações Sobre a Existência de Bens Patrimoniais**

Com vigência a partir de 25/10/2017

RAD sem referências

## **RAD-CGJ-008 – Processar Pedidos de Movimentação**

Com vigência a partir de 10/02/2017

**Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Lei nº 6956, de 13 de janeiro de 2015** – Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça** – Serviços Judiciais;

---

**Constituição Estadual;**

---

**Constituição Federal;**

---

**Aviso CGJ nº 498, de 30 de junho de 2010** - Dispõe acerca da faculdade de servidor retirar Ato Executivo para apresentação junto a sua nova lotação;

---

**Aviso CGJ nº 654, de 19 de agosto de 2010** – Delega aos Juízes Dirigentes dos Núcleos Regionais a decisão acerca dos requerimentos do gozo de licença especial.

---

**Aviso CGJ nº 257/2013, de 26/02/2013** - Determina aos Assistentes e Encarregados dos Núcleos Regionais que consultem, previamente, o CPLIT ao instruírem os procedimentos administrativos de remoção no âmbito do Núcleo Regional;

---

**Lei nº 4.620, de 11 de outubro de 2005**, Dispõe sobre a Reestruturação dos Cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei nº 6471, de 12 de junho de 2013** – Cria, por transformação, as funções que menciona e modifica os artigos 5º e 14º da lei nº 4620 de 11 de outubro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo nº 03/2009** - Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os Direitos e Deveres e dá outras providências.

## **RAD-CGJ-009 – Editar e Divulgar a Revista da CGJ**

Com vigência a partir de 10/12/2015

**Resolução nº 85 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça** – Dispõe sobre a comunicação social no âmbito dos Tribunais de Justiça e setores.

---

**Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

## **RAD-CGJ-010 – Monitorar e Relatar o Desenvolvimento dos Projetos da Corregedoria Geral da Justiça**

Com vigência a partir de 08/01/2013

**Resolução TJ/OE nº. 06/2005** - Ajusta a consolidação final da Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e as atribuições administrativas de suas respectivas unidades, bem como estabelece a lotação de seus cargos comissionados e funções gratificadas, e dá outras providências (com as alterações da Resolução TJ/OE nº. 06/2006 e da Resolução TJ/OE nº. 46/2006;

---

**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2004** – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça.

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento  
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.us.br](mailto:seesc@tjrj.us.br)

07/12/2020